

O perigo de uma história única sobre o País do Futebol

Aira F. Bonfim

*Pesquisadora independente e
fundadora da Repertório Cultural*

Resumo

O capítulo problematiza a ideia do Brasil como “país do futebol” a partir da crítica ao perigo de uma história única, conforme proposto por Chimamanda Ngozi Adichie. Argumenta-se que a narrativa hegemônica, masculina e institucionalizada produziu silenciamentos estruturais, especialmente em relação ao futebol praticado por mulheres. Com base em referenciais da história social, dos estudos de memória e da museologia, o texto analisa como processos de apagamento foram reforçados por práticas arquivísticas excludentes e pela ausência de políticas de preservação. Ao destacar a digitalização de coleções pessoais, a história oral e o papel do Museu do Futebol (SP) na incorporação dessas fontes, o capítulo demonstra que a ausência nos acervos institucionais não corresponde à inexistência de experiências. Ao tensionar dicotomias e hierarquias naturalizadas, propõe-se ampliar a narrativa histórica do futebol brasileiro como estratégia de reparação de gênero e democratização da memória.

Palavras-chave: futebol feminino; memória; gênero; museologia; história do esporte.

Abstract

This chapter challenges the idea of Brazil as the “country of football” through the lens of Chimamanda Ngozi Adichie’s critique of the danger of a single story. It argues that the hegemonic, male-centered and institutionalized narrative has produced structural silences, particularly regarding women’s football. Drawing on social history, memory studies, and museology, the text examines how archival practices and preservation policies contributed to the marginalization of these experiences. By highlighting the digitization of personal collections, oral history initiatives, and the role of the Football Museum (SP) in incorporating dispersed sources, the chapter demonstrates that absence from official archives does not imply absence from history. By questioning naturalized hierarchies

and binary divisions, it proposes expanding the historical narrative of Brazilian football as a strategy for gender reparation and democratization of memory.

Keywords: women's football; memory; gender; museology; sport history.

Introdução

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie alerta para o *perigo de uma história única*, capaz de reduzir pessoas, países e culturas a uma narrativa homogênea, apagando conflitos, contradições e complexidades. “As histórias únicas criam estereótipos. E o problema dos estereótipos não é que sejam falsos, mas que são incompletos” (ADICHIE, 2019, p. 22).

No caso brasileiro, a consagrada ideia do “país do futebol” foi construída por muito tempo a partir de uma história única: masculina, institucionalizada e orientada por valores de sucesso, profissionalização e reconhecimento internacional.

Essa narrativa hegemônica produziu não apenas esquecimentos, mas silenciamentos estruturais. Entre eles, o futebol praticado por mulheres ocupa lugar central. Embora as brasileiras tenham sido oficialmente autorizadas a jogar futebol apenas em 1983, com a regulamentação da modalidade pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pela FIFA, a prática não surge apenas nesse momento. Ao contrário, trata-se de uma experiência esportiva de longa duração, presente no Brasil desde pelo menos as primeiras décadas do século XX (Bonfim, 2023).

“A proibição do futebol feminino não eliminou a prática, mas a empurrou para a marginalidade social e simbólica” (GOELLNER, 2003, p. 41). A proibição legal do futebol de mulheres – vigente entre 1941 e 1979 – não apenas interditou a prática e o sonho de “tornar-se jogadora”, mas contribuiu para a naturalização do afastamento das mulheres desse e de outros esportes, reforçando representações sociais sobre inadequação física, moral e simbólica de seus corpos. Como argumenta Joan Scott (1995, p. 86), o gênero opera como uma categoria histórica que estrutura relações de poder quando menciona que esse gênero é um elemento constitutivo das relações

sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; no futebol, essa estruturação produziu desigualdades materiais e simbólicas que extrapolam o campo esportivo.

Se a história não é única, então onde estão elas?

O apagamento dessa memória não pode ser entendido como simples ausência de fontes, mas como resultado de processos sociais de esquecimento. Michael Pollak demonstra que o silêncio é parte constitutiva da memória coletiva, especialmente quando determinados grupos não encontram legitimidade para inscrever suas experiências nos espaços oficiais de registro. “O silêncio não é o oposto da memória, mas um de seus componentes” (POLLAK, 1989, p. 4).

No caso do futebol brasileiro, as mulheres foram sistematicamente excluídas das narrativas nacionais, dos acervos institucionais e das políticas de preservação até bem pouco tempo atrás. Confederações e Federações de Futebol, bem como os mais distintos e centenários clubes profissionais do Brasil, negligenciaram o protagonismo de mulheres nos seus arquivos ou objetos preservados em seus memoriais e sala de troféus. Nesses locais, quando indagadas que havia a representação de brasileiras entre seus acervos, a respostas costumava ser de indiferença e estranhamento, afinal, de acordo com a perspectiva do futebol masculino, a modalidade do futebol feminino era muito “recente” e “amadora” segundo tais interlocutores.

Somente em 2015 o Museu do Futebol, em São Paulo, reconheceu institucionalmente a relevância histórica do futebol praticado por mulheres, passando a desenvolver pesquisas, exposições e ações educativas dedicadas ao tema. Esse reconhecimento tardio evidencia o papel dos museus não como espaços neutros de conservação, mas como agentes ativos na construção – e na revisão – das narrativas históricas.

As fontes sobre o futebol de mulheres existem, mas estão dispersas. Muitas vezes encontram-se nos mesmos lugares que as fontes sobre o futebol masculino – clubes, federações, entidades esportivas – no entanto

sem catalogação, registros ou sistematizações que facilitem o encontro do pesquisador com tais fontes primárias. Estão também em espaços menos institucionalizados, como arquivos pessoais, casas de ex-jogadoras, clubes sociais e de bairro, sindicatos, processos policiais, registros de teatro, circo e imprensa popular, como menciona Bonfim (2023). Essa dispersão sobre as fontes do passado impõe desafios metodológicos e museológicos significativos para o presente e o futuro.

Grande parte dessas fontes apresenta sérias desvantagens informacionais: ausência de metadados, lacunas sobre autoria, datas, contextos e trajetórias. Em muitos casos, não é possível responder às perguntas básicas da pesquisa histórica – quando, onde, como, por que e quem são essas mulheres. Soma-se a isso o comprometimento do estado de conservação, tanto de materiais físicos quanto de acervos digitais, frequentemente produzidos e preservados sem suporte técnico adequado.

A construção de uma narrativa menos deficitária da história do futebol brasileiro também exige uma revisão profunda das práticas de preservação, pesquisa e difusão do conhecimento histórico. Nesse sentido, a digitalização de coleções históricas pessoais tem se revelado uma estratégia fundamental para enfrentar desigualdades estruturais no acesso à memória e no reconhecimento de experiências historicamente marginalizadas – uma estratégia de ampliar o escopo de coleções para consulta, e pesquisar cada vez mais coleções de origens mais populares e menos exclusivamente institucionais.

As coleções históricas pessoais são constituídas por materiais mantidos por pessoas comuns, fora dos circuitos tradicionais de guarda institucional. Incluem fotografias, negativos, cartões-postais, recortes de imprensa, álbuns familiares, bem como coleções documentais compostas por ingressos, anúncios, revistas, credenciais e programas de jogos. Também abrangem coleções de materiais tridimensionais, como medalhas, troféus, bolas e outros objetos relacionados à prática e à vivência do futebol. Para além dessas características, apresentam uma curadoria própria, além de maneiras instintivas do fazer museológico.

No caso do futebol de mulheres, essas coleções pertencem a uma ampla diversidade de sujeitos: jogadoras e ex-jogadoras, trabalhadoras do esporte em contextos profissionais ou amadores, integrantes de comissões técnicas, árbitras, jornalistas, repórteres, torcedoras e torcedores, dirigentes e pessoas que, de diferentes maneiras, estiveram envolvidas com essa prática esportiva, tanto no circuito profissional quanto no amador. A multiplicidade desses perfis evidencia que o futebol de mulheres não se restringe à categoria “futebol feminino”, mas extravasa o próprio ecossistema esportivo e comunicacional do futebol brasileiro.

Atualmente, o Museu do Futebol reúne mais de 80 acervos digitais relacionados ao futebol praticado por mulheres, formados majoritariamente a partir da digitalização de arquivos pessoais e contribuições de materiais digitais cedidos ao seu Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB). Esse conjunto expressivo de fontes reforça a compreensão de que a ausência dessas histórias nos museus e nos livros não decorreu da inexistência de registros, mas da falta de políticas, metodologias e disposições institucionais, inclusive acadêmicas, voltadas à sua incorporação.

Paralelamente à formação de acervos digitais, a realização sistemática de gravações de história oral e de depoimentos jornalísticos, realizados por diferentes atores e instituições, tem desempenhado papel central na ampliação do campo de fontes dessa natureza. As próprias ferramentas disponíveis pelas redes sociais, inclusive potencializadas após a quarentena causada pelo vírus da Covid-19, uma vez que pessoas comuns, sem necessariamente o compromisso de salvaguarda, passaram a fazer gravações de *lives*, *reels* e *podcasts* no ambiente da internet.

Esses registros não se limitam a ex-jogadoras ou a protagonistas reconhecidas publicamente, mas incluem mulheres que atuaram – e atuam – como treinadoras, dirigentes, médicas, árbitras, jornalistas, fotógrafas, torcedoras organizadas e trabalhadoras invisibilizadas como protagonistas da história do futebol. Ao ampliar o espectro de depoentes, os registros de história oral, bem como a gravação singela de depoimentos orais (em vídeos ou sonoros) contribuem para romper com hierarquias tradicionais

de relevância histórica e para revelar experiências que dificilmente seriam captadas por documentos oficiais ou projetos patrocinados.

Nesse contexto, o trabalho expositivo, ou seja, de criar curadorias e expor recortes desses conjuntos documentais, assume uma função estratégica na comunicação do conhecimento e no tratamento museológico dessas fontes. As exposições não apenas tornam visíveis histórias silenciadas, como também oferecem pistas sobre a existência de fontes primárias ainda em estado bruto, passíveis de aprofundamento e disponíveis gratuitamente ao público das instituições comprometidas com a pesquisa. No caso do Museu do Futebol, trata-se de uma instituição pública que articula preservação, investigação e difusão do conhecimento como dimensões indissociáveis de sua atuação.

Além disso, cada exposição, seja ela física ou virtual, é um espaço privilegiado para a elaboração da partilha de conhecimentos complexos com públicos amplos e diversos. Ao dialogar com crianças, jovens e adultos, com pessoas de diferentes níveis de escolaridade e repertórios culturais, tais exposições permitem traduzir debates historiográficos, conceituais, de gênero, raça, classe e políticos em narrativas acessíveis, sem abrir mão da complexidade. Trata-se de uma estratégia de democratização da história, que promove o intercâmbio entre o conhecimento do passado e as questões do presente.

Os esforços de reparação histórica de gênero, especialmente no caso das mulheres do futebol, conduzem à superação de uma verdadeira barreira historiográfica que, por décadas, polarizou o esporte em uma condição binária: um futebol para homens e outro para mulheres. Essa divisão, mais do que descritiva, operou – e ainda opera – como mecanismo de exclusão, hierarquização e deslegitimação, inclusive para quem pratica o futebol com identificações outras além do binarismo proposto.

Os esportes modernos, ainda que tenham sido historicamente organizados por homens e para homens – e não para quaisquer homens –, após mais de um século de existência, encontram-se diante da possibilidade de se reinventar. A ampliação de suas narrativas históricas, necessariamente

múltiplas e não únicas, permite desfazer dicotomias artificiais e reconhecer o esporte como uma cultura viva, diversa, inclusiva e profundamente democrática. Ao tensionar seus próprios fundamentos históricos, o futebol brasileiro amplia não apenas sua memória, mas também seu horizonte de futuro.

Conclusão

“A ausência de documentos não significa ausência de história” (PORTELLI, 1997, p. 20). A ampliação das narrativas históricas sobre o futebol brasileiro, com base nas experiências das mulheres, não se configura apenas como um gesto de inclusão tardia, mas como uma operação crítica capaz de reconfigurar os próprios fundamentos da história do esporte no país. Ao tensionar a ideia de um “país do futebol” sustentado por uma história única, masculina e institucionalizada, as pesquisas sobre o futebol de mulheres revelam os mecanismos de apagamento, silenciamento e hierarquização que estruturaram tanto o campo esportivo quanto seus regimes de memória.

O reconhecimento da longa duração do futebol praticado por mulheres, anterior à sua regulamentação oficial, desloca o eixo interpretativo da institucionalidade para a experiência social. Essa mudança permite compreender o futebol não apenas como prática esportiva, mas como fenômeno cultural atravessado por disputas de gênero, classe, raça e poder narrativo. Nesse sentido, o passado das mulheres no futebol não emerge como apêndice ou exceção, mas como parte constitutiva da história social brasileira.

As estratégias de digitalização de coleções pessoais, a valorização da história oral e a atuação museológica comprometida com a pesquisa e a comunicação pública do conhecimento demonstram que as fontes primárias existem, resistiram e continuam a produzir sentidos. O desafio contemporâneo reside menos em “descobrir” essas histórias e mais em criar condições institucionais, metodológicas e éticas para que elas sejam preservadas, interpretadas e compartilhadas.

Ao assumir a multiplicidade como princípio – recusando narrativas únicas, dicotomias artificiais e hierarquias naturalizadas –, a história do futebol brasileiro amplia seu campo de inteligibilidade e se afirma como espaço legítimo de reflexão crítica sobre a sociedade. A reparação histórica de gênero, nesse contexto, não se limita a corrigir lacunas do passado, mas projeta novas possibilidades de futuro para o esporte, para a memória e para a própria escrita da História.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BONFIM, Aira Fernandes. *Futebol feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915–1941)*. São Paulo: Edição da Autora, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CHAGAS, Mário. *Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática dos museus sociais*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2002.

CONTRA-ATAQUE! As mulheres do futebol. *Museu do Futebol* – página da exposição, 2019. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/>. Acesso em: 27 jan. 2006.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, n. 43, p. 17–63, 12 feb. 1997.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ERLL, Astrid. *Memory in culture*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na educação física brasileira*. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Futebol e mulheres no Brasil: uma história de longa duração. *Movimento*, v. 11, n. 1, p. 21-40.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios de história oral*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.